

REPRESENTATIVIDADE RACIAL: DA TELA DO JORNAL NACIONAL PARA DISCUSSÕES NA INTERNET

RACIAL REPRESENTATIVITY: from Jornal Nacional to Internet discussions

REPRESENTACIÓN RACIAL: desde la pantalla de Jornal Nacional para debates en Internet

Taianne de Lima Gomes

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia - UFRN.
Mestra em Estudos da Mídia – UFRN.

E-mail: taiannegomes@hotmail.com

Valquiria Aparecida Passos Kneipp

Doutora em Ciências da Comunicação Escola de Comunicações e Artes da
Universidade de São Paulo, Graduada em Jornalismo pela Universidade
Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

E-mail: valquiriakneipp@yahoo.com.br

Resumo

O artigo objetivou identificar a representatividade racial na bancada do telejornal mais assistido do País e a repercussão na Internet da primeira jornalista negra no Jornal Nacional. A proposta pretende problematizar a presença de brancos, pardos e pretos na trajetória do JN, uma vez que só após 33 anos um negro ocupou pela primeira vez a bancada do mencionado noticiário. Utilizou-se, como método, o estudo de caso. A pesquisa analisou, no primeiro momento, o Jornal Nacional e, em seguida, a Internet também foi parte do objeto empírico. A fundamentação contou com Bento (2002), Du Bois (2010), Fachine (2017), Laborne (2014), Piza (2005), Recuero (2017) e Sodré (1999; 2013). Verificou-se que há um desequilíbrio na representatividade da população negra na bancada do JN e que a repercussão na Internet corrobora com a discussão racial.

Palavras-chave: TV Social; Telejornalismo; Jornal Nacional; Internet; Representatividade racial.

Abstract

The article aimed to identify the racial representativeness in the most watched news in Brazil and the repercussion on the Internet of the first black journalist in the Jornal Nacional. The proposal intends to problematize the presence of whites, browns and blacks in JN's trajectory, since only after 33 years did a black man present the Jornal Nacional for the first time. The case study was used as a method. The research first analyzed the Jornal Nacional, and then the Internet was also part of the empirical object. The rationale included Bento (2002), Du Bois (2010), Fachine (2017), Laborne (2014), Piza (2005), Recuero (2017) and Sodré (1999; 2013). It was found that there is an imbalance in the representativeness of the black population in the JN workbench and that the repercussions on the Internet corroborate the racial discussion.

Keywords: Social TV; Television journalism; Jornal Nacional; Internet; Racial representativity.

Resumen

El artículo tuvo como objetivo identificar la representatividad racial del noticiero más visto del país y la repercusión en Internet del primer periodista negro en el Jornal Nacional. La propuesta pretende problematizar la presencia de blancos, marrones y negros en la trayectoria de JN, ya que solo después de 33 años un hombre negro presentó por primera vez las noticias de televisión. El estudio de caso se utilizó como método. La investigación analizó primero el Jornal Nacional y luego Internet también fue parte del objeto empírico. La justificación incluyó Bento (2002), Du Bois (2010), Fachine (2017), Laborne (2014), Piza (2005), Recuero (2017) y Sodré (1999; 2013). Se encontró que existe un desequilibrio en la representatividad de la población negra en JN y que la repercusión en Internet corrobora la discusión racial.

Palabras clave: TV social; Teleperiodismo; Periódico nacional; Internet; Representación racial.

Introdução à proposta

Com o objetivo de identificar a representatividade racial na bancada do telejornal mais assistido do Brasil, esta pesquisa se propôs a analisar a trajetória do Jornal Nacional (JN) e a repercussão na Internet do debate da jornalista Maria Júlia Coutinho no referido noticiário, a partir da repercussão na Internet e de comentários de leitores em uma matéria publicada pelo site de conteúdo Uol. Buscou-se responder o seguinte questionamento: como vem sendo construída a representatividade racial ao longo da trajetória do JN, desde a sua criação?

A discussão se faz necessária na atualidade diante da repercussão que houve na imprensa sobre o fato de uma jornalista mulher e negra ocupar pela primeira vez a bancada do telejornal de maior audiência da televisão brasileira. Antes da estreia, alguns jornais e revistas anteciparam o acontecimento e, depois, outros desdobramentos também foram noticiados amplamente, reafirmando a necessidade de se aprofundar o tema, por meio de uma pesquisa científica.

Uma pesquisa organizada pela Vaidapé¹ quantificou o número de apresentadores negros em programas de televisão (entretenimento, infantil, religioso, educativo e jornalismo) nos anos de 2016 e 2017, tendo apontado que, da amostra analisada, 261 eram brancos e 10 eram negros. Dessa forma, expondo um desequilíbrio em termos de raça na programação televisiva.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016, divulgada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), aponta que 8,2% da população brasileira é composta por pretos, 46,7% por pardos, e 44,2% por brancos. Se somarmos os pretos e pardos temos 54,9%,

conforme Figura 1. A partir desses dados, é possível levantar a hipótese que na TV Globo, maior emissora de televisão do Brasil, pode haver um desequilíbrio de raça na bancada dos noticiosos, gerando maior visibilidade aos brancos e menor aos negros e pardos.

Diante disso, este trabalho pretende identificar a representatividade racial no jornal mais assistido do Brasil e verificar a repercussão na Internet, a partir da análise de comentários de leitores em uma matéria publicada pelo site Uol acerca do tema pesquisado neste artigo.

Cabe aqui registrar que a televisão é, atualmente, a mídia mais utilizada pela população, de acordo com a Pesquisa Brasileira de Mídia 2016 (2016, p. 33), “sendo mencionada pela quase totalidade da amostra”. O estudo também revela que 77% dos entrevistados assistem TV todos os dias da semana e o tempo médio supera as três horas diárias. A Internet aparece em segundo lugar como o meio de comunicação que informa a população sobre o que acontece no Brasil.

Entre os entrevistados pela pesquisa, aproximadamente dois em cada três utilizam a rede. “O tempo médio de acesso diário, considerando tanto o meio de semana quanto o final de semana, fica um pouco acima das quatro horas e trinta minutos” (Brasil, 2016, p. 33). Segundo Padiglione², em 2020, pesquisa do estudo Kantar IBOPE – que mede o público da TV no Brasil, revela que os telejornais viraram campeões de audiência³.

A TV e a Internet são, portanto, os meios de comunicação mais utilizados pela população brasileira e observa-se que, à medida que o acesso à Internet aumenta, a televisão parece estar se aproveitando dessa nova plataforma como forma de conquistar mais audiência. É possível verificar, por exemplo, que todos os veículos de comunicação não atuam mais somente

¹ Dados do site Vai Da Pé. Disponível em: <http://vaidape.com.br/2017/06/pesquisa-apresentadores-negros-na-televisao/>. Acesso em: 16 ago. 2019.

² https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/03/audiencia-de-telejornalismo-explode-durante-crise-do-novo-coro-navirus.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa

³ Em tempos de tempos de quarentena a audiência dos telejornais explodiu, devido ao grande número de fake news nas redes sociais digitais, as pessoas buscam informação qualificada no jornalismo profissional.

no meio off-line, eles também utilizam as plataformas online, como sites, blogs e redes sociais digitais, que também estão na Internet, configurando o que Jenkins (2009) denominou de convergência de mídias.

Sodré (2013) compreende que essa mudança do off-line para o online no cenário contemporâneo está diretamente relacionada à tendência à virtualização, caracterizado pelo autor de quarto bios. Nesse sentido, Sodré (2013) acredita que as profundas transformações ocorridas se devem ao fascínio pela tecnologia.

Porém, apesar desse fascínio, que pode ser observado pelo uso crescente da Internet, as notícias publicadas na rede são menos confiáveis em relação às divulgadas na TV. Segundo a BPM, a televisão ainda é o meio preferido para obtenção de informações, com 63% da preferência dos entrevistados, em segundo lugar vem a Internet com 26%. A pesquisa revela, ainda, que existe uma supremacia na preferência da televisão de 37% em relação a Internet.

Mais da metade dos entrevistados que assistem TV confiam sempre (28%) ou muitas vezes (26%) nas notícias veiculadas por esse meio. Por sua vez, a maioria dos usuários de Internet confia poucas vezes (62%) ou nunca confia (16%) nas notícias de sites, de blogs e de redes sociais (Brasil, 2016, p. 28). No entanto, apesar da certa desconfiança existente, no cenário atual de interatividade digital, o mercado de comunicação não pode desconsiderar o meio online.

No contexto da pesquisa, entende-se por representatividade racial no telejornalismo que as identidades étnico-raciais presentes da formação do povo brasileiro estejam contempladas na tela dos noticiários, como uma forma de identificação entre emissor e espectador. Sobre isso, pressupõe-se que há uma predominância do branco nos telejornais, o que reforça a existência de uma “branquitude” (grifo das autoras) que, segundo Piza (2005, s.p.), trata-se de “uma ação que se expressa em discursos sobre as desigualdades e sobre os privilégios de ser branco, em espaços brancos e para brancos”.

Quanto à abordagem, foi utilizada pesquisa quantitativa, uma vez que se levantou dados referentes aos apresentadores do JN, a partir de informações disponíveis no site do telejornal. Em relação ao método de procedimento, foram utilizados pesquisa bibliográfica, a partir do levantamento de referências teóricas como livros e artigos científicos; documental, com fontes diversificadas como: tabelas estatísticas, relatórios e

documentos oficiais; e estudo de caso, onde, de acordo com Fonseca (2002), o investigador apresenta o objeto a ser estudado, em uma perspectiva global, buscando sempre a completude e a coerência.

Como objeto empírico da pesquisa foi recortado o Jornal Nacional da TV Globo, por ser o telejornal que está no ar a mais tempo no país e possui a maior audiência e credibilidade, e, portanto, deveria ser um reflexo da população brasileira representado não só no conteúdo das reportagens, mas também na equipe profissional de jornalistas. Num segundo momento da pesquisa, a Internet também foi parte do objeto empírico, pois a partir de uma seleção de notícias publicadas online, se verificou a repercussão da primeira jornalista negra na bancada do JN.

2. Branquitude: um conceito em construção

A branquitude é um conceito chave que traz à tona aspectos importantes sobre as relações raciais desiguais presentes no Brasil. Propõe que existe uma condição melhor na sociedade, das pessoas brancas, em detrimento aos pardos e negros, que, além do preconceito, não tem as mesmas oportunidades. De acordo com Bento (2002), o branqueamento brasileiro foi instituído pela elite branca.

Considerando (ou quiçá inventando) seu grupo como padrão de referência de toda uma espécie, a elite fez uma apropriação simbólica crucial que vem fortalecendo a autoestima e o autoconhecimento do grupo branco em detrimento dos demais, e essa apropriação acaba legitimando sua supremacia econômica, política e social (Bento, 2002, p. 25).

Para a autora (Bento, 2002, p. 26), “o foco da discussão é o negro e há um silêncio sobre o branco”. Nesse sentido, Bento (2002) entende que o primeiro aspecto intrínseco a branquitude é o branco limitar o tema desigualdades sociais à discriminação. A autora (Bento, 2002, p. 27) afirma que o branco pobre, por exemplo, “tem o privilégio simbólico da brancura, o que não é pouca coisa”. Nesse sentido, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua em 2016, do IBGE, aponta que os negros têm menos oportunidades em relação ao branco no que se refere à possibilidade de estudo e trabalho, sendo a taxa de analfabetismo de brancos,

4,2%, e de negros, 9,9%; e a taxa de ocupação de brancos, 9,5%, e de negros, 13,6%⁴.

Por isso, para Bento (2002), não é possível restringir a discussão sobre raça analisando somente a classe social, porque o pobre negro encontra dificuldades maiores por conta da cor, como é possível observar também na pesquisa realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) em 2013, que apresenta a inserção do negro no mercado de trabalho. Em Brasília, por exemplo, a taxa de desemprego de negros é 19,1% e de não-negros, 10,4⁵.

Sodré (1999, p. 244) corrobora com a construção do conceito ao afirmar que existe uma superioridade imaginária envolvendo o branco, enquanto o negro, para elite, está fora da “imagem ideal de trabalhador livre, por motivos eurocentrados”, o que pode estar relacionado à hipótese da baixa representatividade racial da população brasileira nos telejornais, por exemplo.

A mídia é o intelectual coletivo desse poderio, que se empenha em consolidar o velho entendimento de povo como “público”, sem comprometer-se com causas verdadeiramente públicas nem com a afirmação da diversidade da população brasileira. O racismo modula-se e cresce à sombra do difusionismo culturalista euramericano e do entretenimento rebarbativo oferecido às massas pela televisão e outros ramos industriais do espetáculo. (Sodré, 1999, p. 244)

Sobre este desequilíbrio, Brown (2005) afirma que o “branco é vulgarmente utilizado como padrão cultural contra o qual todos os grupos e os indivíduos são medidos” (Brown, 2005, p. 76). Já de acordo com Du Bois (1977, como citado em Cardoso, 2010), pesquisador sobre identidade racial branca nos Estados Unidos da América, ainda quando o salário atribuído ao

branco era o mesmo do recebido pelo negro, o branco era, de certa forma, compensado com melhores serviços.

A branquitude, portanto, está relacionada a privilégios, algumas vezes, simbólicos. Nos anos 90, os EUA tornaram-se um centro de pesquisa importante sobre a branquitude. No Brasil, o tema começou a ser estudado pelo sociólogo e antropólogo Gilberto Freyre que, na época, defendia a democracia racial e, por isso, criticava o uso dos termos branquitude e negritude (Cardoso, 2010). No entanto, de fato, a discussão acerca desse assunto no país foi motivada por Alberto Guerreiro Ramos que, em 1957, já utilizava o termo “brancura” que corresponde, na literatura atual, ao conceito de branquidade (Cardoso, 2008).

A branquidade, por sua vez, segundo Laborne (2014, p. 150), seria apenas “um lugar, um status ocupado pelas pessoas brancas e herdadas de relações sociais e, fundamentalmente, raciais do passado”. Corroborando com a necessidade de se discutir e interpretar a questão na atualidade, independente da nomenclatura a ser adotada, como se propõe nesta pesquisa, que faz um recorte específico e pontual no telejornalismo.

Ainda de acordo com Cardoso (2010), o tema só voltou a ser debatido novamente no Brasil nos anos 2000, com a estudiosa Edith Piza, que trabalha com o conceito de branquitude.

Branquitude seria o esforço de compreender os processos de constituição da branquidade para estabelecer uma ação consciente para fora do comportamento hegemônico e para o interior de uma postura política anti-racista e, a partir daí uma ação que se expressa em discursos sobre as desigualdades e sobre os privilégios de ser branco, em espaços brancos e para brancos; e em ações de apoio à plena igualdade. (Piza, 2005, s.p.).

⁴ <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21206-ibge-mostra-as-core-s-da-desigualdade>.

⁵ <https://www.dieese.org.br/analise/2014/2014pednegrosbsb.html>

A partir destas reflexões, observa-se, então, que Piza vai além e abarca na branquitude a possibilidade de reflexão sobre a branquidade, buscando um novo cenário que reforce uma prática antirracista.

Outros autores entendem a branquitude apenas como espaço de privilégio, como Frakenberg (1995) e Laborne (2014, p. 152), “podemos caracterizar a branquitude como um lugar de privilégio racial, econômico e político, no qual a racialidade, não nomeada como tal, carregada de valores, de experiências, de identificações afetivas, acaba por definir a sociedade”.

Dialoga, então, com branquitude o conceito de racismo estrutural que, segundo De Almeida (2018), “é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens e privilégios” (p. 25).

O autor acredita que o racismo está entranhado na estrutura social, normalizando as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares (DE ALMEIDA, 2018). Isso pode ser constatado ao observar o lugar do negro na sociedade brasileira, nos setores menos privilegiados e mais precarizados da economia.

De Almeida (2018) caracteriza o racismo de três formas: “individualista”, ou seja, enquanto discriminação sistemática; “institucional”, relacionado aos privilégios e desvantagens a determinados grupos em razão de sua raça; e “estrutural”, o racismo como um padrão de normalidade nas relações interpessoais.

O autor enfatiza, sob o viés teórico, que o racismo “cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática” (p. 39).

Considerando, portanto, a explanação acima, neste artigo, o conceito de branquitude, branquidade e racismo estrutural será analisado a partir da trajetória do Jornal Nacional, tendo como base a estreia da jornalista Maria Júlia Coutinho na bancada do referido telejornal, assim como será abordado a seguir a televisão e o cenário de convergência de mídias.

3. A relevância da televisão e do telejornalismo

No contexto contemporâneo, muitos autores se mostram convencidos quanto ao cenário de convergência das mídias atuais, apostando

mais na transformação que no fim da TV. Cannito (2010) é um deles. O autor acredita que as diversas mídias atuam de forma integrada:

A televisão continuará tendo grande importância e de que entender suas especificidades será um grande diferencial na construção de conteúdos transmidiáticos. A televisão sempre atuará com a programação de massa, feita para o público genérico, e continuará sendo a catalizadora das outras mídias (Cannito, 2010, p.72).

Nesse aspecto, Cannito (2010) entende o uso casado da televisão e da Internet pode ampliar e propagar o conteúdo da TV:

O usuário às vezes acessará a Internet, mas continuará usando a televisão para o que ela faz de melhor: exibir bons programas televisivos. E o público continuará sabendo, intuitivamente, qual a diferença entre o conteúdo televisivo e os conteúdos da Internet (Cannito, 2010, p. 26).

Nessa mesma linha, França (2009, p. 49) afirma que o cenário atual de convergência das mídias “mais reforça que enfraquece os diferentes meios”. Da mesma forma, García Canclini (2008, p. 33) entende o uso das diversas mídias de forma integrada. “As fusões multimídia e as concentrações de empresas na produção de cultura correspondem, no consumo cultural, à integração de rádio, televisão, música, notícias, livros, revistas e Internet”.

Importante destacar que, em 1997, Bourdieu (1997, p. 23) enfatiza o caráter hegemônico da televisão. “Há uma proporção muito importante de pessoas que não leem nenhum jornal, que estão devotadas de corpo e alma à televisão como fonte única de informações”.

Mais de 20 anos depois, a Pesquisa Brasileira da Mídia em 2016 corrobora a afirmação de Bourdieu (1997) quando aponta a televisão como a mídia mais utilizada pela população (Brasil, 2016, p. 7). “Em média, os brasileiros passam 4h31 por dia expostos ao televisor de 2ª a 6ª feira e 4h14 nos finais de semana, números superiores aos encontrados na PBM 2014, que eram 3h29, respectivamente”.

Nessa mesma perspectiva, Martín-Barbero (2013, p. 295) destaca a relação de pertencimento da população brasileira com a televisão. “Se a televisão na América Latina ainda tem a família como unidade básica de

audiência é porque ela representa para a maioria das pessoas a situação primordial de reconhecimento”.

O telejornal é um desses programas que tem a atenção do público e, de acordo com Squirra (2004), é a atração que gera mais credibilidade às emissoras.

Credibilidade junto aos anunciantes (cujos espaços para anúncios são geralmente os mais caros) e prestígio junto ao poder político e econômico da nação. Isto por causa da capacidade que tem de falar com os mais diversos tipos e classes sociais que, no geral, caracterizam a televisão e o telejornal possui no particular Squirra (2004, p. 14).

Sobre os públicos aos quais o telejornal se direciona, Coutinho (2003) acrescenta:

Principal meio de informação dos brasileiros, incluindo os jovens, os telejornais cumprem claramente uma função pública no Brasil, país marcado pela desigualdade no acesso aos bens de consumo e também a direitos essenciais como educação, saúde e segurança. [...] o público seria idealmente o princípio orientador dos afazeres jornalísticos em TV, ainda que em muitos casos na condição de audiência presumida (Coutinho, 2003, s.p.).

Diante disso, será apresentado à frente dados sobre o telejornal mais assistido do Brasil, o Jornal Nacional – um dos objetos empíricos de estudo específico desta pesquisa.

4. Em tempo de Convergência de mídia

De acordo com Jenkins (2009), inicialmente, a palavra convergência estava relacionada a aparatos tecnológicos. Nos anos 80, o cientista político Ithiel de Sola Pool, por exemplo, previa que as mídias, que atuavam isoladamente, passariam a utilizar a mesma estrutura física para funcionar.

Quase 30 anos depois, Cannito (2010, p. 84) reforça a necessidade da convergência de meios: “Telefonia móvel e fixa, PC, Internet, broadcast, TV digital e interativa formarão uma plataforma de comunicação única e integrada”.

Atualmente, o conceito de convergência de mídia está muito associado à ideia de rede e à possibilidade interação de diversos usuários por meio de uma variedade de plataformas. “A convergência representa uma transformação cultural, à medida que consumidores são incentivados a procurar novas informações e fazer conexões em meio a conteúdos de mídia dispersos” (Jenkins, 2009, pp. 29-30).

Para o autor, a cultura da convergência é o local “onde as velhas e as novas mídias colidem, onde mídia corporativa e mídia alternativa se cruzam, onde o poder do produtor de mídia e o poder do consumidor interagem de maneiras imprevisíveis” (Jenkins, 2009, p. 29). Nessa linha, Cannito (2010) entende que,

Não há mais sentido em separar as mídias, tudo é conteúdo digital e pode ser convertido em suportes diferentes; as empresas não mais se definem como produtoras de uma mídia (revista, Internet, televisão etc.), e sim como produtoras de conteúdo (p. 84).

Para Marzal-Felici (2014), o termo está relacionado a junção das mídias novas e tradicionais. “Nenhum meio pode funcionar de forma independente e estabelecer seu próprio espaço de significado cultural de forma separada e autônoma.”⁶ (Marzal-Felici, 2014, p. 15).

⁶ Ningún medio puede funcionar de forma independiente y establecer su propio espacio de significado cultural de forma separada y autónoma.

Atualmente, a Internet possibilita a potencialização da participação do telespectador na programação da televisão. As emissoras de TV passaram a utilizar as plataformas online para se comunicar com o seu público, na tentativa de envolver e de assegurar o engajamento dos espectadores. (Cannito, 2009, p. 149)

Dessa forma, a convergência precisa, além de meios e conteúdos, da participação ativa do público. Nesse contexto, cabe analisar a estreia da jornalista Maria Júlia Coutinho na bancada do Jornal Nacional e observar a participação dos telespectadores na Internet, no cenário de convergência de mídia.

5. A mulher negra na bancada do JN e a repercussão na Internet

Desde 2019, dois negros atuam como âncoras do JN, Heraldo Pereira e Maria Júlia Coutinho, mas ficam responsáveis pelas edições de sábado ou pela apresentação do telejornal quando os apresentadores oficiais estão impossibilitados, o que evidencia um estado ainda de desequilíbrio, uma vez que os brancos ao longo dos 50 anos de JN permanecem em posição de destaque.

Heraldo Pereira passou a integrar a equipe de apresentadores do Jornal Nacional em 2002, de acordo com o site Memória Globo⁷, e, além disso, apresenta um jornal na Globo News. Enquanto a jornalista Maria Júlia Coutinho assumiu a bancada do JN em fevereiro de 2019⁸, mas, atualmente, atua no Jornal Hoje.

Desde 2007 na Globo, Maju atuou por cinco anos como repórter, em seguida apresentou a previsão do tempo, em 2013, no Globo Rural. Passou também pelo Bom Dia Brasil, Hora Um, Bom Dia São Paulo e Jornal Hoje. Em junho de 2017, a jornalista virou plantonista do Jornal Hoje. Atualmente, além do Jornal Nacional, ela faz a meteorologia no SP2 e participa do programa Papo de Almoço na Rádio Globo.

Porém, nessa trajetória, o que é destacado neste artigo é a estreia da jornalista na bancada do principal noticiário televisivo. Uma busca rápida no site do Google sobre "Maju Coutinho estreia na bancada" gerou aproximadamente 7.900 resultados.

Na busca de publicações relacionadas ao fato pesquisado, as primeiras cinco se tratavam de jornais e revistas brasileiras, e um site de informações. Sendo que destas cinco matérias/notas publicadas, três delas antecedem a estreia da jornalista na bancada do Jornal Nacional, uma relata o fato em si e a outra traz a própria jornalista para comentar a sua conquista no cenário do telejornalismo brasileiro.

A primeira publicação trata-se de uma nota na revista IstoÉ, que relata como um fato histórico o que será a primeira mulher negra a apresentar o principal telejornal do país. Apresenta o currículo da jornalista Maria Júlia Coutinho e uma breve trajetória do JN. "O telejornal, que completa 50 anos em 2019, foi apresentado no início somente por uma dupla de homens: Cid Moreira e Sérgio Chapelin. A primeira mulher a apresentar foi Márcia Mendes, que esteve na bancada no dia 8 de março de 1972, em uma homenagem ao Dia Internacional da Mulher"⁹.

⁷ Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/perfis/talentos/heraldo-pereira.htm>.

⁸ Dados do Jornal Hoje. Disponível em: <https://extra.globo.com/tv-e-lazer/maju-coutinho-a-nova-apresentadora-do-jornal-hoje-23866005.html>

⁹ <https://istoe.com.br/maju-sera-primeira-mulher-negra-na-bancada-do-jornal-nacional/>

Na segunda, uma nota na revista feminina Claudia também trata como um marco histórico, no seu título e ressalta que “a conquista não é acontecimento simples: Maju será a primeira mulher negra a apresentar o tradicional programa da Rede Globo”¹⁰. Depois apresenta a trajetória profissional da jornalista e revela episódio de racismo sofrido pela mesma, “Em 2015, a jornalista foi vítima de racismo na Internet. O caso teve grande repercussão e iniciou uma campanha nas redes sociais, a #SomosTodosMaju”¹¹. O fato se refere a insultos preconceituosos que a jornalista sofreu, quando foi alvo de racismo em uma foto publicada pela página oficial do programa no *Facebook*.

A terceira nota, no jornal Correio Braziliense, repete a mesma lógica das duas anteriores: que a jornalista Maju Coutinho será a primeira mulher negra a ocupar a bancada do telejornal, apresenta uma breve trajetória da jornalista na empresa, bem como revela informações sobre a participação de negros no referido telejornal, “Glória Maria foi a primeira mulher negra a aparecer na emissora, num link em que era repórter em 1977. Heraldo Pereira, por sua vez, foi o primeiro homem negro a apresentar o Jornal Nacional, em 2002”¹².

As três primeiras publicações selecionadas nesta pesquisa revelam a expectativa antes da estreia da jornalista Maria Julia Coutinho na bancada do JN. A quarta matéria publicada pela revista Exame, em parceria com Estadão Conteúdo, abre espaço para a protagonista falar sobre o fato de ser a primeira

mulher negra a apresentar o Jornal Nacional, a partir da reprodução de uma entrevista do site Gshow, “Eu quero que isso seja não seja notícia daqui um tempo. É um simbolismo grande, estou muito feliz, mas espero que esse simbolismo gere uma prática, e elimine qualquer manchete”¹³.

Na quinta e última publicação trata-se de uma matéria publicada pelo site de informação Uol, onde revela todo o clima amistoso dos colegas na primeira participação da jornalista no JN. “O debut da primeira mulher negra na bancada do principal jornalístico da televisão brasileira rendeu elogios ao vivo. Seu companheiro de apresentação, Rodrigo Bocardi, e o responsável pelo mapa-tempo, Tiago Scheuer, felicitaram a colega”¹⁴. Dessa matéria, foram selecionados os 124 comentários para a análise e caracterização propriamente dita de uma discussão na Internet.

A partir destas publicações analisadas sobre o assunto, selecionou-se uma matéria do Uol (Maju Coutinho estreia na bancada do Jornal Nacional e ganha elogios ao vivo) porque a mesma apresentou 124 comentários. A partir desses comentários foi possível identificar uma espécie de discussão na Internet, ou o que Recuero (2017, p. 217) caracterizou como uma conversação em rede, uma espécie de “diálogos coletivos cujos participantes constituem-se em indivíduos de uma audiência invisível, forjada pelas conexões e pela visibilidade nas redes sociais”. A partir destes comentários procedeu-se uma classificação dos mesmos, conforme proposta no **Tabela 1** abaixo.

¹⁰ ^N<https://claudia.abril.com.br/noticias/maju-faz-historia-e-e-a-1a-mulher-negra-na-bancada-do-jornal-nacional/>^P

¹¹ ^N<https://claudia.abril.com.br/noticias/maju-faz-historia-e-e-a-1a-mulher-negra-na-bancada-do-jornal-nacional/>^P

¹² ^Nhttps://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2019/02/14/interna_diversao_arte,737456/maju-coutinho-primeira-mulher-negra-a-apresentar-jornal-nacional.shtml^P

¹³ ^N <https://exame.abril.com.br/estilo-de-vida/maju-comenta-o-fato-de-ser-a-1a-apresentadora-negra-no-jornalnacional/>^P

¹⁴ ^N<https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/televisao/maju-coutinho-estrela-bancada-jornal-nacional-e-ganha-elogios-ao-vivo-24941>^P

Tabela 1 - Classificação dos comentários da publicação do UOL

Comentários		Quantidade
1 ^a	Positivo	49
2 ^a	Crítica à matéria do Uol	32
3 ^a	Negativo	20
4 ^a	Questionamento	8
5 ^a	Crítica à Globo	7
6 ^a	Fora de contexto/neutro	6
7 ^a	Cômico	2
Total de comentários		124

Elaborado pelas autoras com base nos comentários postados na matéria.

A classificação dos comentários em sete categorias (positivo, crítico a matéria do Uol, negativo, questionamento, crítica à Globo, Fora de contexto e neutro) procedeu-se a partir da análise do conteúdo dos comentários. Diante destes dados, uma prática interacional que vem sendo caracterizada neste cenário de interatividade, por meio de uma espécie de conversação em rede, é a TV Social.

Na categoria positivo (1^a) foram considerados os comentários, que em sua maioria parabenizaram a jornalista pela conquista, com 60,76% configurando a maioria absoluta. Na categoria caracterizada como crítica a matéria do Uol (2^a) agrupou-se os comentários que, de forma crítica, apontaram negativamente a matéria por destacar a raça da jornalista, totalizando 39,68% dos leitores. Os comentários considerados negativos (3^a) tratam de aspectos como o desempenho fraco da jornalista e também da emissora, totalizando 24,8%.

Na categoria questionamento (4^a), os comentários questionaram o fato ter virado notícia, alguns desconhecem o tema, outros questionam o fato da jornalista Zileide Silva já ter apresentado o JN, no entanto, ela é repórter, e até a questão de cotas, com 9,92% dos participantes. Na categoria crítica à Globo (5^a) aparecem os comentários que se referem a outras emissoras e outras apresentadoras que antecederam a jornalista em foco na matéria e também o fato de suposto preconceito da TV Globo, com 8,68%. Na categoria fora de contexto/neutro (6^a), com 7,44% caracterizaram-se os comentários que não referiam especificamente sobre o conteúdo da matéria. Por fim, na categoria cômico (7^a) caracterizaram-se os comentários que, de forma engraçada, relacionou o fato à política e à cultura popular, com 2,48%.

De acordo com Fechine (2017) existem vários modos de interação entre a televisão e a Internet por isso a autora propõe, “delimitar de modo mais preciso o tipo de prática interacional que, dentre os distintos modos de articulação entre televisão e Internet e às diferentes manifestações da cultura participativa no ambiente de convergência” (p. 86). A autora define três fatores que distinguem a TV Social, dentre inúmeras práticas interacionais que caracterizam a cultura participativa: “1) é um tipo de conversação em rede, nos termos aqui descritos; 2) envolve plataformas/tecnologias digitais interativas; 3) é um tipo de estratégia de produção que explora a articulação entre TV e Internet com objetivos mercadológicos”. A partir desta proposta foi observada na análise dos comentários a identificação da TV Social, na conversação estabelecida em rede, entre os mesmos.

O assunto foi comentado nesta espécie de conversação em rede, onde um comentário aproveitava informações de outro para a sua própria elaboração ou para provocar questionamentos. O debut da jornalista Maju na bancada do Jornal Nacional provocou, portanto, uma repercussão que está diretamente ligada à falta de representatividade do negro na televisão,

conforme apresentado pelo levantamento realizado pelo coletivo de mídia Vaidapé¹⁵.

6. Considerações Finais

A partir dos dados da pesquisa empírica foi possível considerar que a representatividade racial, ao longo da trajetória do Jornal Nacional, vem sendo construída de forma desequilibrada, com a participação de dois negros na bancada do telejornal neste período, como apresentadores.

Com 51 anos de existência, o JN é o telejornal mais assistido do Brasil, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope)¹⁶. Ao longo de sua história foi possível observar a predominância do branco e a ausência dos negros e pardos na bancada do referido noticiário, o que pode evidenciar o “privilegio simbólico da brancura” (Bento, 2002).

Diante disso, a pergunta que fica é: em um país com uma composição racial de 44,2% de brancos, 8,2% de pretos e 46,7% de pardos, conforme o IBGE, por que essas populações não estão representadas no telejornalismo da TV Globo? E por que demorou 33 anos (2002) para um negro ocupar pela primeira vez a bancada do principal telejornal brasileiro?

A compreensão dessas questões passa necessariamente pelo conceito de racismo estrutural, apresentado por De Almeida (2018), uma forma de discriminação sistemática, por meio de ações conscientes e inconscientes que resultam em desvantagens e privilégios.

Ademais, a trajetória dos apresentadores do JN, as publicações analisadas e os comentários classificados evidenciam duas questões fundamentais: a primeira está relacionada à falta de representatividade da

população negra em espaços de grande visibilidade, como é a bancada do Jornal Nacional. A segunda se refere às oportunidades que o branco possui em relação ao negro, no mercado de trabalho, por exemplo, como apontado pela pesquisa do IBGE, onde a taxa de desocupação dos negros e pardos são superiores, assim como a taxa de analfabetismo.

Além disso, levando em conta o conceito de branquitude de Piza (2005, s.p.) “uma ação que se expressa em discursos sobre as desigualdades e sobre os privilégios de ser branco, em espaços brancos e para brancos”, a bancada do Jornal Nacional poderia ser classificada como um “espaço branco” (grifo das autoras).

A partir da análise também pode-se inferir que os conceitos de branquitude e branquidade estão inter-relacionados e reforçam o racismo estrutural, no que se refere ao espaço de privilégio do branco em relação ao não-branco.

Nesse sentido, ainda sobre possíveis inferências, na pequena amostra apresentada, observa-se que, no telejornal em questão, o branco esteve sempre em evidência. Ao mesmo tempo que parece uma análise inicial, uma vez que não foram levados em conta, por exemplo, o acesso do negro à universidade e, também, a política de contratação de jornalistas na Globo, revela como o racismo está entranhado na estrutura social, normalizando as relações.

¹⁵ Dados do site Vai Da Pé. Disponível em: <http://vaidape.com.br/2017/06/pesquisa-apresentadores-negros-na-televisao/>. Acesso em: 16 ago. 2019.

¹⁶ Dados do Kantar Ibope Media 2016. Disponível em: <https://www.kantaribopemedia.com/dados-de-audiencia-nas-15-pracas-regulares-com-base-no-ranking-consolidado-2507-a-3107/>.

Referências

- Bento, M.A.S. (2002). Branqueamento e branquitude no Brasil. In: Carone, I.; Bento, M. A. S. (orgs.) Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- Brasil. (2016). Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. Pesquisa Brasileira de Mídia 2016: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília: Secom. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf/view>>. Acesso em: 15 fev. 2016.
- Bourdieu, Pierre. (1997). Sobre a Televisão: seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Brown, J. A. (2005). Class and feminine excess: The strange case of Anna Nicole Smith. *Feminist Review*, 81, 74-94.
- Cannito, Newton Guimarães. (2010). A televisão na era digital: interatividade, convergência e novos modelos de negócio. São Paulo: Summus.
- Cardoso, C. L. (2008). O branco “invisível”: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957-2007). [Dissertação de mestrado], Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.
- Cardoso, Lourenço. (2010). Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud* [online]. 8 (1), 607-630.
- Coutinho, Iluska. (2003). Algumas reflexões sobre as características do telejornalismo e os limites da TV como meio de informação. In: 1º Encontro Nacional de Pesquisadores de Jornalismo. Brasília: SBPJor, 20-26.
- De Almeida, Silvio Luiz. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- Du Bois, W. E. B. (2010). Black Reconstruction in the United States. New York: Russell & Russell. In: CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 8 (1), 607-630.
- Fechine, Yvana. (2017). TV Social: contribuição para a delimitação do conceito. *Contracampo*, Niterói, 36 (1), 84-98.
- Fonseca, J. J. S. (2002). Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC.
- França, Vera. (2009). A televisão porosa – traços e tendências. In: FREIRE FILHO, João (Org.). A TV em transição: tendências de programação no Brasil e no mundo. Porto Alegre: Sulina.
- Jenkins, Henry. (2009). Cultura da convergência. 2. ed. São Paulo, Aleph.
- Laborne, A. A. P. (2014). Branquitude e colonialidade do saber. *Revista da ABPN*, 1 (13), 148-161.

Martín-Barbero, Jesús. (2013). Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

Marzal-Felici, Javier. (2014). La convergencia mediática como ideología. Algunas reflexiones sobre la evolución de la narrativa audiovisual en la era digital. In: REBECHI JR., Arlindo; GONZALEZ, Lucilene; MACIEL, Suely. A linguagem nas mídias na era da convergência. São Paulo: Acadêmica.

Piza, Edith. (2005). Adolescência e racismo: uma breve reflexão. Simp. Internacional do Adolescente Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000082005000100022&script=sci_arttext. Acesso em: 21 de junho de 2019.

Recuero, Rachel. (2014). A conversação em rede: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na Internet. Porto Alegre: Sulina.

Sodré, Muniz. (2013). Antropológica do espelho: uma teoria de comunicação linear e em rede. Petrópolis: Vozes.

Sodré, Muniz. (1999). Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis: Vozes.

Squirra, Sebastião Carlos de Moraes. (2004). Aprender telejornalismo: produção e técnica. São Paulo: Brasiliense.